



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- **ACTA N.º 29/2010** -----

-----Aos vinte e três dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dez, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.** -----

-----Secretariou a presente reunião, a Assistente Técnica, Isilda Maria Tavares Garcia Abrantes, na ausência do Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes. -----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas. -----

----- **RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA** -----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia **22 de Novembro de 2010**, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **3.618.444,36 € (Três milhões, seiscentos e dezoito mil, quatrocentos e quarenta e quatro euros e trinta e seis cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

1 - ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1.1 - INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE – ENTREGA DE DOCUMENTOS -----

-----O Presidente da Câmara iniciou o período Antes da Ordem do Dia dirigindo-se ao Vereador Paulo Rocha para o informar de que já solicitou ao Presidente de Direcção da ADEPTOLIVA, Prof. Artur Abreu, que reunisse as cópias de toda a documentação que sustenta a evolução e o ponto de situação do processo movido pelo Dr. Fernando Brito contra a ADEPTOLIVA, conforme solicitou em reuniões anteriores, bem como as contas relativas à organização da EXPOH/2010. -----

-----O Vereador Paulo Rocha tomou conhecimento, referindo que esta era uma das questões que pensava voltar a colocar pelo facto de, até ao momento, ainda não lhe ter sido entregue qualquer documentação referente ao processo em causa. -----

1.2– INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO ROCHA -----

1.2.1 – ADI – AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TÁBUA E OLIVEIRA DO HOSPITAL – DINAMIZAÇÃO DO COMÉRCIO LOCAL – NATAL/2010

-----O Vereador Paulo Rocha referiu-se à época Natalícia que se aproxima, questionando o Presidente da Câmara e, eventualmente, o Vereador José Francisco Rolo, na qualidade de Presidente da ADI, relativamente ao tipo de actividades que aquela entidade tem preparado para dinamizar e promover o comércio local do concelho de Oliveira do Hospital, no sentido de que esta



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

quadra natalícia possa proporcionar aos empresários do sector algum acréscimo de rendimento, em virtude daquilo que têm sido as suas grandes dificuldades vividas nos últimos tempos face à actual situação económica e financeira do país e das famílias. Disse ainda que a autarquia já há alguns anos que tem vindo a promover algumas iniciativas a esse nível considerando pertinente que no corrente ano seja desenvolvido um esforço acrescido com iniciativas equivalentes, ou outras, que eventualmente possam vir a ser lançadas no sentido de lançar um forte apelo aos cidadãos para que façam as suas compras no comércio local de Oliveira do Hospital. -----

-----Sobre o assunto o Vereador José Francisco Rolo deu conta de que de acordo com os meios da ADI, designadamente o recurso ao projecto MERCA co-financiado pelo QREN e pelas Câmaras Municipais, está a ser preparado um conjunto de acções a desenvolver nesta quadra natalícia para dar um estímulo acrescido aos comerciantes locais. Deu igualmente conta de que estão previstas duas linhas de acção, a saber, uma linha estratégica de comunicação que passa por anúncios na imprensa e spots na rádio para incentivo à realização de compras em Oliveira do Hospital, e uma linha de acções concretas direccionadas à animação das ruas. Referiu-se igualmente à possibilidade da realização de um sorteio de Natal realizado anualmente pela ADI, sublinhando que a acontecer terá que haver algumas alterações no que diz respeito aos prémios a atribuir, de acordo com as disponibilidades financeiras do Projecto. -----

-----Os Vereadores Paulo Rocha e Mário Alves teceram algumas considerações quanto ao habitual sorteio de Natal realizado pela ADI, tendo o primeiro sugerido que aquela entidade, este ano, opte por uma actividade diferente e mais inovadora com o objectivo de atrair visitantes ao comércio de Oliveira do Hospital, sugerindo assim a colocação de uma pista de gelo no Largo Ribeiro do Amaral, em cima do silo auto, com animação alusiva ao Natal, sugestão que o Presidente da Câmara considerou interessante. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo também considerou a ideia interessante e possivelmente exequível, sublinhando no entanto que a ADI não tem condições financeiras para um investimento deste género. -----

1.3 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR MÁRIO ALVES-----

-----1.3.1 – AFIRMAÇÕES DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA NA ANTERIOR REUNIÃO DO EXECUTIVO-----

-----O Vereador Mário Alves referiu-se às afirmações do Sr. Presidente da Câmara proferidas na última reunião do executivo, aquando da abordagem da questão relacionada com a contratação de professores para as AEC- Actividades de Enriquecimento Curricular, sublinhando que “dado tratar-se de uma reunião pública não quis prolongar o assunto por considerar que nada tinha a ver com aquele contexto”. Prosseguiu referindo que “a dada altura o Sr. Presidente da Câmara tentou insinuar que no passado teria havido admissões de carácter político ao nível das AEC. Eu queria relembrar-lhe dois factos substantivos e qualitativos que me parecem importantes. Primeiro dizer-lhe que se tivesse havido matéria política na admissão das pessoas para as AEC’s, nunca uma senhora que foi “cabeça de lista” pelo Partido Socialista, em Vila Pouca da Beira, numas eleições e que nas últimas eleições integrou a Lista do PS, teria então leccionado as AEC através da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. E quero dizer-lhe outra coisa, enquanto que outros municípios andavam a desenvolver contratos de tarefa e a contratar quem queriam, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, desde o início, fez concursos e contratos com o pessoal que leccionou as AEC’s, gostava de deixar isto bem claro. Se houve questões políticas, foi agora, neste concurso em que houve candidatos excluídos que pelos vistos não serviram para a Câmara Municipal de Oliveira do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Hospital mas que estão a dar aulas, quer na Escola Secundária de Oliveira do Hospital, quer numa Escola de Caldas da Rainha, ambas estruturas do Ministério da Educação. E por isso, não adianta o Sr. Presidente da Câmara vir falar do passado, se quer investigar o passado, investigue, chamem a inspecção, faça uma auditoria e investigue o que quiser porque eu não nenhum receio”. -----

-----Referiu-se ainda ao facto do Sr. Presidente da Câmara, também nessa reunião, ter dito que o seu problema com o Sr. António dos Santos Lopes era que o tinha feito perder a Câmara e que isso é que lhe dóia, sublinhando que “a mim não me dói nada, porque quem perdeu a Câmara fui eu efectivamente, mas quem votou foi o povo, e o Sr. António dos Santos Lopes, que eu saiba, não domina o povo”. Disse igualmente que “o povo é livre e vota como entende nos momentos em que é chamado a votar, portanto, não venha com essa teoria, porque o que o senhor quer é branquear uma situação em que abdicou de um processo onde o Sr. António dos Santos Lopes deveria ser julgado por um crime semi-público, tendo posto em causa o bom nome de uma instituição, instituição essa que o senhor diz que pretende pacificar. Eu dir-lhe-ia que espero que não pretenda é enterrar, porque, porventura, nos próximos três anos vamos saber muita coisa acerca da ADEPTOLIVA, quer do seu funcionamento, quer até da falta de alunos para que ela funcione. E o senhor não tenha dúvidas do que lhe estou a dizer, porque eu também não as tenho”. Salientou ainda o facto do Sr. Presidente da Câmara ter dito nessa reunião que “é um homem de paz e que pretendeu ter uma atitude pacificadora noutros processos”, frisando que “aqui há uma grande diferença de critérios entre a sua pessoa e a minha pessoa, para mim, eu continuo a dizer, sou intransigente na defesa daquilo que é o interesse público, o senhor prefere abdicar da defesa do interesse público. Portanto, são posições antagónicas, não são necessariamente conciliáveis, e por isso os acordos que o senhor fez foram todos em benefício dos privados contra aquilo que é o interesse público, que é aquilo que a si lhe compete defender”. -----

-----Sobre as AEC's o Presidente da Câmara disse tratar-se de um assunto muito desagradável, que já foi discutido, e que não pretende voltar a discutir, sublinhando que “não houve aqui questões políticas, e se houve, houve tanta como no seu tempo”. Quanto ao assunto relacionado com o Sr. António dos Santos Gomes referiu igualmente não estar disponível para voltar a discutir o assunto até porque considera que foi discutido com alguma agressividade e com a qual não se revê. Disse no entanto que no que se refere à defesa do interesse público “há realmente diferenças”, sublinhando que “cada pessoa tem uma perspectiva diferente”. Prosseguiu referindo que a decisão do executivo em permanência teve por base a auscultação dos advogados da Câmara Municipal, frisando que “isto não tem a ver com a defesa do interesse público mas sim com uma perspectiva judicial”. Lembrou ainda que se trata de um princípio do povo português e que na sua opinião “vale mais um mau acordo do que uma boa demanda”. -----

-----O Vereador Mário Alves referiu que “o Sr. Presidente a ouvir os advogados nunca tem uma decisão judicial, tem sempre proposta e perspectivas de acordos”. -----

-----O Presidente da Câmara referiu entender que “não é bem assim”, citando alguns exemplos em que não foi possível chegar a um acordo, remetendo para decisão do tribunal. -----

-----A Vereadora Graça Silva tomando uso da palavra esclareceu que na última reunião da Câmara Municipal, aquando da discussão sobre a admissão de professores no âmbito das AEC's, entendeu que não ser o momento mais oportuno para intervir e prestar os seus esclarecimentos dado verificar que os ânimos estavam mais exaltados e bem assim por se tratar de uma reunião pública. Prosseguiu esclarecendo que “o Sr. Vice-Presidente não teve qualquer interferência, e muito menos política, na decisão dos candidatos a leccionar as AEC's”. Disse igualmente que “uma vez que foi dito aqui que alguém em especial mencionou que não foi contemplado para leccionar AEC's, quero eu dizer que as pessoas que mencionou foram contempladas com horários, mas acabaram por desistir através da Plataforma de Candidatura”. Esclareceu ainda que as pessoas em causa foram



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

convocadas pela Câmara Municipal para informarem se pretendiam ou não leccionar as AEC's, e acabaram por desistir porque um deles estava efectivamente colocado na Escola Secundária de Oliveira do Hospital. Mais referiu que todos os professores seleccionados foram convidados a estar presentes numa reunião que se realizou na Câmara Municipal cujo objectivo visava essencialmente averiguar da disponibilidade dos mesmos face aos horários das AEC's, e a pessoa em causa disse na altura que queria desistir pelo facto de ter sido colocado na Escola Secundária de Oliveira do Hospital. Acrescentou ainda que quanto ao outro professor em causa teve conhecimento de que também desistiu porque havia sido colocado numa outra escola. -----

-----O Presidente da Câmara deu ainda conta que todos os professores que leccionavam as AEC's no concelho de Oliveira do Hospital ficaram colocados, pelo que, qualquer alteração que possa ter existido nada teve a ver com as razões aduzidas pelo Vereador Mário Alves. -----

-----**1.3.2 – PARQUE DO MANDANELHO**-----

-----O Vereador Mário Alves referiu-se ainda ao Parque do Mandanelho, sito em Oliveira do Hospital, sublinhando que “espaço não está de forma alguma dimensionado para eventos do tipo da EXPOH que pura e simplesmente arruinou uma série de elementos existentes no mesmo”. Mais referiu que “aquele parque quando foi pensado foi dimensionado como um parque de lazer e para a realização de espectáculos, e não como um parque para exposições ou feiras”. Relembrou no entanto que “para além desses aspectos, a parte dos elementos que constituem o circuito de manutenção estão em mau estado não podendo ser usados por alguém que os pretenda usar”. Recomendou assim que a Câmara Municipal mande efectuar a manutenção desses elementos de forma a evitar a ocorrência de acidentes naquele local. -----

-----**1.3.3 – NATAL/2010**-----

-----O Vereador Mário Alves, face às dificuldades sentidas, quer no país, quer no concelho, e que na sua opinião têm tendência para se agravarem de dia para dia com a possibilidade de algumas empresas encerrarem, sugeriu ao Presidente da Câmara que a Câmara Municipal este ano abdique de fazer a tradicional festa de Natal, habitualmente oferecida aos funcionários da autarquia através de um almoço ou de um jantar, e que a verba gasta na realização dessa festa fosse canalizada para que haja mais solidariedade para com aqueles que mais precisam nesta época natalícia. Sugeriu igualmente que, à semelhança do que foi feito no ano transacto com as prendas das crianças, em vez da Câmara Municipal oferecer o tradicional Bolo-rei e a garrafa de vinho aos funcionários, essa verba seja também convertida em cheque prenda de forma a que estes possam também ajudar a reanimar o comércio local tendo em atenção a questão anteriormente levantada pelo Vereador Paulo Rocha. -----

-----O Presidente da Câmara deu conta que todas as questões relativas à época natalícia já foram objecto de discussão por parte do executivo em permanência, tendo sido decidido que, à semelhança dos anos anteriores, iria manter-se a colocação de Iluminação de Natal na cidade, por considerarem que também funciona como um estímulo natalício para atrair visitantes ao comércio local. Disse reconhecer que se trata efectivamente de um equipamento muito dispendioso mas que a autarquia, atendendo a todos os condicionalismos financeiros que se vivem no país e no concelho, optou por manter esta tradição reduzindo no custo da sua aquisição. Quanto às sugestões apresentadas pelo Vereador Mário Alves disse reconhecer que não são descabidas até porque já foram discutidas pelo executivo em permanência. Fez assim saber que o executivo em permanência decidiu manter a entrega do cheque prenda aos filhos dos funcionários no valor de 20,00 € (Vinte euros) uma vez que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

a primeira experiência, vivida no ano transacto, foi muito positiva. Deu ainda conta que ao contrário dos anos anteriores os funcionários da autarquia irão receber apenas um Bolo-rei. Quanto à festa de Natal referiu que foi decidido manter a realização do jantar, à semelhança do que foi feito no ano transacto. Disse igualmente que o executivo em permanência decidiu ainda alterar a composição dos Cabazes de Natal a entregar às famílias mais carenciadas do concelho substituindo alguns produtos por bens alimentares essenciais. -----

2 – ORDEM DO DIA -----

2.1 - ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL – MODELO DE ESTRUTURA FLEXÍVEL -----

-----No âmbito do processo em epígrafe e no seguimento da proposta da Câmara Municipal aprovada em sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 19 de Novembro de 2010, foi pelo Presidente da Câmara apresentada a seguinte proposta de Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Oliveira do Hospital, consubstanciada no Modelo de Estrutura Flexível dos Serviços Municipais, anexo à mesma, que se transcreve na íntegra: -----

“1 — Proposta para criação das unidades orgânicas flexíveis e respectivas atribuições e competências: -----

-----Nos termos da alínea a) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, é da competência da Câmara Municipal, sob proposta do seu Presidente, aprovar a criação de unidades orgânicas flexíveis, dentro dos limites aprovados pela Assembleia Municipal, deferindo as respectivas atribuições e competências. -----

-----Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão de 19 de Novembro, na observância do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de Outubro, aprovou a proposta apresentada pela Câmara Municipal relativa ao Modelo de organização interna, estrutura nuclear dos serviços municipais e disposições relativas a cargos de direcção intermédia de 3.º grau. -----

-----Face ao disposto na alínea a) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, proponho à Câmara Municipal que a estrutura flexível seja composta por 5 (cinco) unidades orgânicas flexíveis, designadamente: -----

-----a) Na unidade nuclear Departamento de Administração Geral e Finanças -----

-----a. Unidade de Atendimento e Informação; -----

-----b. Unidade de Gestão Financeira e Patrimonial. -----

-----b) Na unidade nuclear Departamento de Obras e Serviços Municipais -----

-----a. Divisão de Infra-estruturas e Obras Municipais; -----

-----b. Divisão de Planeamento e Gestão do Território. -----

-----c) Unidade de Desenvolvimento Económico e Social.-----

-----As Divisões criadas são asseguradas por cargos dirigentes com a qualificação de cargos de direcção intermédia de 2.º grau, designados de Chefes de Divisão. -----

-----As Unidades criadas são asseguradas por cargos dirigentes com a qualificação de cargos de direcção intermédia de 3.º grau, aplicando-se aos mesmos as disposições que constam do Modelo de organização interna, estrutura nuclear dos serviços municipais e disposições relativas a cargos de direcção intermédia de 3.º grau. -----

-----As competências das unidades orgânicas flexíveis com vista à plena prossecução das atribuições do Município, segundo os princípios estabelecidos no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, bem como as suas dependências hierárquicas constam no Modelo de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

*estrutura flexível dos serviços municipais, em anexo, o qual **proponho à Câmara Municipal** a sua aprovação.”* -----

-----Relativamente ao Processo de Revisão da Organização dos Serviços Municipais foi ainda presente pelo Presidente da Câmara o ofício circular nº 3741, datado de 17 de Novembro de 2010, remetido pela Direcção-Geral das Autarquias Locais, tendo os senhores vereadores tomado conhecimento do seu teor. -----

-----Quanto à proposta apresentada o Presidente da Câmara teceu breves explicações, esclarecendo que o documento em apreço não prevê a criação da equipa multidisciplinar por se tratar de uma equipa de excepção que só será criada aquando da fixação dos objectivos, altura que será presente a reunião do executivo para análise. -----

-----Com conhecimento prévio da documentação enviada a todos os membros do executivo, os Vereadores Mário Alves e Paulo Rocha referiram entender que o documento em análise, para além de conter dados que consideram não ser entendíveis e insuficientes, sobrepõe muitas das tarefas e objectivos, contendo igualmente muitas lacunas ao nível de funções/competências previstas para os respectivos serviços, citando alguns exemplos e sugestões quanto à forma como devem constar algumas dessas tarefas. Mais referiram entender que, pelas razões acima aduzidas e bem assim pelo facto da presente proposta apenas lhes ter sido entregue para análise no dia anterior, razão pela qual não lhes foi possível fazer uma apreciação mais correcta e detalhada, do documento em apreço, face à sua complexidade, deve, em seu entender, ser objecto de nova revisão por parte dos serviços competentes. -----

-----Com base nas intervenções dos senhores vereadores do PPD/PSD, a Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara, deliberou, por unanimidade, agendar a aprovação do documento para uma próxima reunião uma vez que concorda com a composição da estrutura flexível dos serviços municipais, entendendo no entanto que as competências das unidades orgânicas devem ser revistas.-----

2.2 – FUNDO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS – “OLIVEIRA FINICIA INVISTA+” -----

D.A.G.F./Proc.42/DOC.2

-----Sobre o assunto em epígrafe, foi presente pelo Presidente da Câmara a informação que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, datada de 10 de Novembro de 2010. -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

2.3 – PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES -----

D.A.G.F./DOC.3

-----**Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta, que se transcreve na íntegra:** -----

-----“Considerando que: -----
----- o Município de Oliveira do Hospital arrendou à firma “Irmãos Gonçalves Supermercados, Lda.”, um pavilhão destinado à instalação do ninho de empresas; -----
----- por deliberação de 6 de Maio de 2009 foram aprovadas as normas de funcionamento do BEIRAINOVA – INOVAÇÃO e EMPREENDEDORISMO que disciplinavam o uso daquele espaço; -----
----- foi recentemente criada a Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro que, entre outros fins, pretende implementar a Incubadora de Ideias e Empresas, **proponho:** -----

----- **1 – A aprovação do protocolo a celebrar com a Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro visando a cedência de instalações destinadas à Incubadora de Ideias e Empresas;** -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----2 – *A apreciação pela Câmara Municipal das Normas de Funcionamento e regulamento da Incubadora de Ideias e Empresas a aprovar pela Plataforma;* -----

-----3 – *A revogação da deliberação camarária de 6 de Maio de 2009 que aprovou as normas de funcionamento do BEIRAINOVA – INOVAÇÃO e EMPREENDEDORISMO.*” -----

-----Sobre o assunto, interveio o Vereador Mário Alves que referiu discordar da proposta ora apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara por considerar que a mesma não faz qualquer sentido uma vez que a Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro tem personalidade jurídica. Referiu igualmente entender que não faz sentido que a Câmara Municipal esteja a pagar o aluguer de um espaço que, na sua opinião, deve ser pago pela referida entidade, e para o qual, eventualmente, até irá ter acesso a fundos de financiamento para o efeito. Lembrou ainda que será a Plataforma que irá efectuar as cobranças dos espaços a utilizar pelas empresas que se instalem na referida Incubadora. Entende assim que o contrato de aluguer do espaço em causa deve deixar de ser da responsabilidade da autarquia e passe a ser da responsabilidade da Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro, e esta, com a sua autonomia, define e aprova as normas de funcionamento, instala as empresas e faz tudo aquilo que tiver de ser feito relativamente a esta matéria, mesmo que, no futuro, a Câmara Municipal tenha que lhes atribuir um apoio financeiro para o efeito, à semelhança do que fez aquando da atribuição de subsídio para o desenvolvimento de actividades. -----

-----O Vereador Paulo Rocha esclareceu ainda que o “BEIRAINOVA – INOVAÇÃO e EMPREENDEDORISMO” era um projecto da autarquia, ou seja, não cria nenhuma entidade para fazer a gestão daquele espaço, e portanto, há aqui diferenças claras. Hoje a opção do executivo foi de criar uma entidade em que participa, em que não há acções mas em que, supostamente, será “o accionista maioritário”, que foi a entidade que entrou com maior percentagem do capital, e portanto, existe hoje uma entidade autónoma, e isto não faz de facto sentido, tal como referiu o Vereador Mário Alves”. Esclareceu ainda que “caso o imóvel fosse da autarquia, o Protocolo para Cedência das Instalações faria sentido. Agora, o imóvel já é arrendado pela autarquia, pelo que, aquilo que faz sentido e que torna tudo legal é o contrato de arrendamento passar para a Plataforma, e a autarquia, como já o fez anteriormente, compartilhar as despesas de funcionamento, à semelhança do que faz com outras entidades” Quanto às normas de funcionamento e regulamento da Incubadora de Ideias e Empresas, entende que a Câmara Municipal apenas deve tomar conhecimento. Entende no entanto que o valor a pagar pelo serviço de Incubadora Virtual, por um período de 4 horas/mês, é excessivo, defendendo a sua redução ou aumento do número de horas de utilização. -----

-----O Vereador José Carlos Mendes deu conta que, da análise efectuada à proposta apresentada, o Grupo de Cidadãos Independentes Oliveira do Hospital Sempre – OHS, subscreve a posição do Vereador Paulo Rocha. -----

-----O Presidente da Câmara referiu tratar-se de um projecto com grande alcance mas que poderá não se tornar muito visível, acreditando que o futuro do concelho de Oliveira do Hospital, a longo prazo, poderá passar por esta Plataforma. Informou no entanto que no próximo dia 29 de Novembro (Segunda-feira), pelas 15 horas, irá realizar-se nos Paços do Município uma reunião com o Sr. Secretário de Estado de Energia e Inovação para subscrever um Protocolo a celebrar com a Plataforma tendo em vista a apresentação de uma candidatura a fundos comunitários, convidando os senhores vereadores a estarem presentes. Disse ainda entender que a Câmara Municipal, nesta fase, não deve dificultar o trabalho das pessoas responsáveis pela Plataforma, **propondo à Câmara Municipal que autorize a cedência daquelas instalações à Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro, pelo período de um ano, e que a alteração do contrato seja efectuada à posteriori.** -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Vereador Mário Alves referiu entender que a proposta do Sr. Presidente não faz sentido, entendendo que a Câmara Municipal deve é autorizar a instalação da Plataforma naquele espaço, provisoriamente, uma vez que o contrato de arrendamento está em nome da autarquia. -----

-----O Presidente da Câmara reconheceu tratar-se de uma proposta razoável, tendo a Câmara Municipal sob proposta deste, deliberado, por unanimidade, autorizar a instalação da Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro nas instalações destinadas à Incubadora de Ideias e Empresas, pelo período de um ano, à experiência, assumindo a autarquia os custos inerentes ao seu funcionamento. -----

-----Mais foi deliberado tomar conhecimento das Normas de Funcionamento Interno da Incubadora de Ideias e Empresas, a aprovar pela Plataforma, documento que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta, e bem assim revogar a deliberação camarária de 6 de Maio de 2009 que aprovou as normas de funcionamento do BEIRAINOVA – INOVAÇÃO e EMPREENDEDORISMO. -----

2.4 – PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO EM REGIME DE AVENÇA -----
D.A.G.F.

-----O Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta: -----

-----Considerando que: -----

----- - O Município de Oliveira do Hospital necessita de apoio especializado na prestação de serviços de assessoria e consultadoria jurídica; -----

----- O Município de Oliveira do Hospital é chamado a pronunciar-se e a intervir sobre um conjunto de procedimentos e matérias que exigem conhecimentos especializados, designadamente em matéria de direito administrativo, direito autárquico, direito do urbanismo, direito comercial e direito penal; -----

----- As funções de consultoria jurídica e de assunção de mandato para patrocínio judicial em representação do Município correspondem a trabalhos de natureza intelectual, altamente especializado, que se não compadecem com a sujeição a horários de trabalho ou inserção do seu prestador em qualquer estrutura hierarquizada, sujeita a subordinação jurídica; -----

----- Pela natureza dos trabalhos a executar, estes assumem claramente as características de trabalho não subordinado, que, em regra, até são executados por profissionais liberais; -----

----- - Face à complexidade e vastidão dos assuntos a tratar o recurso externo a uma sociedade de advogados, serve melhor os interesses do Município e permite abarcar uma maior variedade de especialidades jurídicas e cobrir as necessidades de assessoria que se colocam ao Município; -----

----- Foi rescindido pelo Município, em Agosto de 2010, o contrato da mesma natureza celebrado com “Azevedo Neves, Bessa Monteiro, Carvalho e Associados, Sociedade de Advogados, R.L.” - -----

-----Pelas razões expostas, proponho que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital:-----

-----a) Emita parecer favorável, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril (Orçamento do Estado para 2010), relativamente ao cumprimento no estatuído na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 12- A/2008, de 27 de Fevereiro, à celebração de um contrato de prestação de serviços, em regime de avença, tendo como objecto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, com a Sociedade de Advogados “Manuel Rebanda, Pereira Monteiro & Associados”, pessoa colectiva n.º 502486929, com sede em Coimbra. -----

-----c) O referido parecer tem como fundamento a inconveniência do recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, uma vez que essa prestação deve ser feita com



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

autonomia relativamente ao poder de direcção do Presidente da Câmara Municipal e dos serviços municipais, por conseguinte sem subordinação à direcção, ordens e disciplina dos órgãos e serviços municipais e sem sujeição a horário de trabalho;-----

-----d) O disposto nas alíneas anteriores não prejudica a obrigatoriedade de cumprimento das regras internas quanto a valores e procedimento, e da legislação que regula este tipo de procedimentos.-----

-----Ainda sobre este assunto, interveio o Vereador Paulo Rocha que perguntou ao Presidente da Câmara “se houve algum motivo objectivo claro, preciso e concreto, para a rescisão do contrato de avença com a firma Azevedo Neves, Bessa Monteiro, Carvalho e Associados, Sociedade de Advogados, R.L.?”, frisando que “pergunto isto porque a noção que eu tive, durante o tempo em que exerci funções nesta Câmara Municipal, foi a de que eles prestavam um grande serviço ao Município de Oliveira do Hospital” sublinhando que “e não vamos discutir se é caro ou barato porque às vezes o que é barato sai caro e todos sabemos do que estamos a falar”. Mais referiu que “contrata-se outra empresa, mas não sabemos quanto é que ela vai custar”.-----

-----O Presidente da Câmara referiu não ter nada contra a firma de advogados Azevedo Neves, Bessa Monteiro, Carvalho e Associados, Sociedade de Advogados, R.L., esclarecendo que a decisão relativamente à rescisão deste contrato adveio do facto de ao longo deste mandato ter percebido que “face à sua inexperiência no cargo que ocupa”, precisa de um apoio jurídico mais próximo, e por outro lado, porque, na sua opinião, a verba que o município actualmente despende com advogados é muito elevada. Disse ainda que “com esta prestação de serviços um dos advogados da Sociedade de Advogados Manuel Rebanda, Pereira Monteiro & Associados, dar-me-á assessoria jurídica directa, uma vez por semana, e para além disso prestará todo o apoio necessário em relação àquilo que já era feito no âmbito do Gabinete de Advogados, com uma diminuição de custos”, sublinhando que o contrato anterior custava ao município 1.600,00 € (Mil e seiscentos euros)/mês, enquanto que a referida assessoria directa custará 1.000,00 € (Mil euros)”. Considera assim existirem algumas diferenças neste procedimento.-----

-----O Vereador Paulo Rocha referiu tratar-se de uma opção deste executivo, mas, no que diz respeito à “proximidade” considera ser muito relativo, explicando que por exemplo “em relação à proposta de Regulamento das Feiras e Mercados Municipais, um processo que foi acompanhado pelos advogados Azevedo Neves, Bessa Monteiro, Carvalho e Associados, Sociedade de Advogados, R.L., com sede em Lisboa, a proposta do regulamento foi redigida pelos serviços da Câmara Municipal, foi-lhes enviada para análise, e no dia seguinte recebíamos a proposta com as anotações deles, muito pertinentes, para poder ser enviada aos senhores vereadores a fim de ser objecto de aprovação pela Câmara Municipal. E aqui a proximidade não contou para nada, porque foi de um dia para o outro. Portanto, o Sr. Presidente, estima que com esta decisão poupa à Câmara Municipal 600,00 € (Seiscentos euros), mais o IVA por mês, eu espero que isso não lhe seja mais caro no futuro”.-----

-----O Vereador Mário Alves tomando uso da palavra salientou que “o que é barato, por vezes sai caro, e o que é bom custa dinheiro (ditado popular). Não pondo em causa os seus objectivos, mas sim aquilo que eventualmente são os objectivos do concelho/município, porque é isso que fundamentalmente me interessa e, pelo conhecimento que tenho, o município estava muito mais à vontade mantendo o contrato de avença que estava em vigor. O Sr. Presidente sabe que às vezes a relação de proximidade traz também consigo um problema chamado “promiscuidade””. Concluiu referindo que “um bom parecer jurídico é meio caminho andado para uma boa poupança de dinheiro por parte do município e de situações de possível litígio”.-----

-----Analisado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Carlos Mendes e Telma Martinho e Paulo Rocha, e a abstenção do Vereador Mário Alves, emitir parecer favorável, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril (Orçamento do Estado para 2010), relativamente ao cumprimento no estatuído na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 12- A/2008, de 27 de Fevereiro, à celebração de um contrato de prestação de serviços, em regime de avença, tendo como objecto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, com a Sociedade de Advogados “Manuel Rebanda, Pereira Monteiro & Associados”, pessoa colectiva n.º 502486929, com sede em Coimbra.-----

2.5- LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE:-----

-----**2.5.1 – LANDY SPECIALS, LDA.**-----

D.A.G.F./Proc.47/9

-----Requer autorização para colocação de uma placa publicitária de face única, em propriedade privada, no seu estabelecimento, sito na Recta da Salinha, freguesia de Santa Ovaia, concelho de Oliveira do Hospital.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e de acordo com os pareceres emitidos, quer pela Junta de Freguesia de Santa Ovaia, quer pela Estradas de Portugal, S.A. – Delegação Regional de Coimbra, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital. --

2.6 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:-----

A) AUTARQUIAS:-----

-----**A-1) FREGUESIA DE SEIXO DA BEIRA**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Seixo da Beira, um subsídio no montante de **2.000,00 € (Dois mil euros)** para fazer face às despesas tidas com o pagamento do vencimento ao funcionário que prestou serviço no Espaço Internet daquela freguesia durante os meses de Julho, Agosto e Setembro de 2010. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do n.º 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

B) INSTITUIÇÕES:-----

-----**B-1) ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA LAJEOSA, IPSS**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação dos Amigos da Lajeosa, IPSS, um subsídio no montante de **7.500,00 € (Sete mil e quinhentos euros)** como apoio à elaboração de um Projecto de Arquitectura para Construção de um Lar de Idosos, para 30 utentes, a anexar às instalações já existentes do Centro Comunitário daquela freguesia. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes e Telma Martinho e as abstenções dos Vereadores Mário Alves e Paulo Rocha, que referiram entender que a Câmara Municipal só deveria apoiar a elaboração do referido projecto se o mesmo for objecto de candidatura que seja aprovada, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.

-----**B-2) ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA AMIGOS DE RAOUL FOLLERAU**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação Portuguesa Amigos de Raoul Follerau, um subsídio no montante de **500,00 € (Quinhentos euros)** como apoio à realização de actividades no âmbito da comemoração do 58º Dia Mundial dos Leprosos.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

-----**B-3) CASA DO POVO DE NOGUEIRA DO CRAVO**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----A Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara, deliberou, por unanimidade, adiar a discussão deste assunto para uma próxima reunião.-----

-----**B-4) FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE LOUROSA (MORDOMOS DA CAPELA DE SENHORA DA ESPERANÇA)**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Fábrica da Igreja Paroquial de Lourosa (Mordomos da Capela se Senhora da Esperança), um subsídio no montante de **1.800,00 € (Mil e oitocentos euros)** para colocação de duas portas (uma de acesso à entrada principal para a Capela e outra para a Sacristia) na Capela de Nossa Senhora da Esperança, em Cabeçadas, freguesia de Lourosa.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

-----**B-5) LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Liga Portuguesa Contra o Cancro, um subsídio no montante de **500,00 € (Quinhentos euros)**, como apoio à realização do peditório anual, a favor daquela instituição.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

-----**C) COMPARTICIPAÇÃO – EIP - ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LAGARES DA BEIRA**-----

D.A.G.F./Proc.53/4



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira, um subsídio no montante de **1.834,18 € (Mil, oitocentos e trinta e quatro euros e dezoito cêntimos)**, valor correspondente à quota-parte da autarquia no funcionamento, no mês de Outubro, da Equipa de Intervenção Permanente, nos termos do Protocolo celebrado para o efeito.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta, bem como autorizar o pagamento referente à comparticipação desta autarquia correspondente ao funcionamento da referida EIP nos meses de Novembro e Dezembro de 2010.-----

2.7 – DETERMINAÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR PELA FREQUÊNCIA DA VALÊNCIA DE CRECHE DA CASA DA CRIANÇA DE TRAVANCA DE LAGOS-----

D.A.G.F./Proc.53/25

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que de acordo com a informação social nº86/GASS, datada de 12 de Novembro de 2010, fixe a mensalidade das seguintes crianças admitidas na valência de Creche da Casa da Criança de Travanca de Lagos:-----

NOME DO UTENTE	MENSALIDADE PROPOSTA
Dinis Moura Abreu	80,00 €
Simão Carvalho Gonçalves	100,00 €

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

2.8 - OBRAS PARTICULARES:-----

-----**2.8.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS**-----

D.S.T./DOC.4

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 5 e 22 de Novembro de 2010, e que constam da listagem, que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

2.8.2 – PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS:-----

-----**2.8.2.1 – CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES E DO MÁRTIR SÃO PELÁGIO**-----

D.S.T./Proc.22/1

-----Requer a isenção do pagamento das taxas devidas pelo licenciamento das obras de remodelação do telhado da Capela das Promessas. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.9 - OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:-----

-----**2.9.1 – CEDÊNCIA DE TERRENOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA “ESTRADA DO VALE DO ALVA, 3ª FASE – TROÇO III – ALDEIA DAS DEZ/ VALE DE MACEIRA**-----

D.S.T./DOC.5



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Pelo Presidente da Câmara foi presente a informação do Gabinete de Desenvolvimento Económico e Social nº GDES/016/10, datada de 17 de Novembro, que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta, tendo a Câmara Municipal deliberado, por unanimidade, isentar o Sr. Gabriel da Silva Álvaro, residente no lugar e freguesia de Aldeia das Dez, do pagamento das taxas inerentes à construção de um ramal de abastecimento de água na Rua Marias Joanas, no lugar e freguesia de Aldeia das Dez, no montante de 280,44 € (Duzentos e oitenta euros e quarenta e quatro centésimos), como contrapartida pela cedência gratuita de três parcelas de terreno necessárias à execução da empreitada em epígrafe.-----

-----2.9.2 – EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DE CENTRO EDUCATIVO DE NOGUEIRA DO CRAVO” – APRECIACÃO DA RECLAMAÇÃO APRESENTADA PELA FIRMA JOAQUIM FERNANDES MARQUES & FILHO, S.A. -----

D.S.T.

-----Tendo a Firma Joaquim Fernandes Marques & Filho, S.A., concorrente à empreitada em epígrafe, apresentado uma reclamação quanto ao conteúdo do relatório final de Análise das Propostas e da intenção de adjudicação da referida empreitada à Firma “Construções Irmãos Peres, S.A.” por discordarem de tal decisão, foi presente pelo Presidente da Câmara a apreciação da mesma efectuada pelo Júri do concurso público urgente em causa, constituído por deliberação de 28 de Setembro de 2010, e que a seguir se transcreve na íntegra. -----

----- “- O júri do concurso público urgente relativo à empreitada em epígrafe, constituído por deliberação de 28 de Setembro de 2010 cessou funções com a apresentação da análise das propostas razão pela qual entende que a presente reclamação deverá ser endereçada à Câmara Municipal, órgão competente para a sua apreciação. Não obstante e tendo o Sr. Presidente da Câmara solicitado previamente uma apreciação da reclamação da firma Joaquim Fernandes Marques & Filho, S.A. por parte do júri, este deliberou, por unanimidade e nos termos a seguir expostos, pronunciar-se pela manutenção da admissão da firma Construções Irmãos Peres, S.A. e da classificação final constante do relatório de apreciação das propostas, datado de 20 de Outubro de 2010; -----

----- O concorrente Fonseca & Fonseca assinou os documentos com certificado de acesso à Plataforma e não com certificado digital o que não permitiu sequer identificar o assinante razão pela qual se entende correcta a exclusão do mesmo; -----

----- Efectivamente o nº 4 do referido artigo 57º determina que a declaração a que se refere a alínea c) do nº 1 do mesmo artigo deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar. Ora tal declaração mostra-se assinada pelo concorrente Construções Irmãos Peres, S.A. , através de certificado digital (Cartão de Cidadão) o qual não relaciona directamente o assinante com o poder de assinatura caso em que “deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento electrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante”, conforme disposto no nº 3 do artº 27º da Portaria nº 701-6/2008, de 29 de Julho; -----

----- Tal como referiu o júri encontrava-se arquivado nos serviços municipais documento que inequivocamente comprovou o poder de representação do concorrente (Certidão Permanente da Conservatória do Registo Comercial de Oliveira do Hospital) em contratos firmados com a mesma empresa, tendo esta igualmente disponibilizado à Construlink, empresa que gere a plataforma electrónica de Contratação Pública, para efeitos de credenciação na Plataforma, o código de acesso à certidão permanente; -----

----- Aquando da apresentação dos documentos de habilitação foi entregue nova certidão da Conservatória do Registo Comercial que mantém tais poderes; -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- O júri, tendo presente recente jurisprudência do Tribunal de Contas, entende que da conjugação dos princípios da transparência da igualdade e da concorrência estabelecidos no n.º 4 do art.º 1.º do CCP com os princípios a que se subordina toda a actividade pública, nos termos da Constituição e da Lei (nomeadamente o CPA) entre eles o da prossecução do interesse público e o da proporcionalidade resulta o interesse da Administração e de uma sã concorrência económica em considerar o maior número de propostas que, de forma efectiva, eficaz e eficiente, correspondam à satisfação das necessidades públicas; -----

----- Procurou assim o júri não sobrevalorizar aspectos formais tendo presente a necessária observância de valores fundamentais relacionados com a prossecução dos interesses públicos, designadamente a protecção dos interesses financeiros públicos; -----

----- Por outro lado constatou-se que a firma Construções Irmãos Peres, S.A., apresentou o preço mais baixo 1.045.796,51 € (Um milhão, quarenta e cinco mil, setecentos e noventa e seis euros e cinquenta e um cêntimos), portanto cerca de 10% menos do que a segunda classificada do concorrente Joaquim Fernandes Marques & Filho, S.A. 1.149.000,00 € (Um milhão, cento e quarenta e nove mil euros) o que, em caso de exclusão, face aos critérios de adjudicação previstos no Programa de Concurso preço mais baixo, alteraria o resultado financeiro de contrato, com agravamento do respectivo valor para a entidade adjudicante; -----

----- Com o procedimento adoptado julgou-se melhor prosseguir o interesse público, como foi dito, não se considerando violado o princípio da intangibilidade das propostas porquanto a proposta admitida não foi alterada na sua substância e essência e particularmente nos atributos sujeitos à concorrência (unicamente o preço); -----

----- Tratando-se de um concurso público urgente não lhe são aplicáveis as normas relativas à lista de concorrentes e consulta das propostas apresentadas (art.º 138.º do CCP) que apenas por lapso do júri foi publicitada e relatório preliminar e final (art.º 146.º e 148.º) tendo a Câmara Municipal concordado, no entanto, com a análise das propostas e consequentes conclusões subscritas pelo júri conforme deliberação tomada em **26 de Outubro de 2010.** -----

----- **Analisado o assunto, entre várias intervenções sobre a matéria em discussão, a Câmara Municipal deliberou, por maioria e n. os termos da apreciação que antecede, com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes e Telma Martinho e as abstenções dos Vereadores Mário Alves e Paulo Rocha, considerar improcedente a reclamação apresentada pela firma Joaquim Fernandes Marques & Filho, S.A. e manter a decisão de adjudicação à Firma Construções Irmãos Peres, S.A., tomada por deliberação de 26 de Outubro de 2010.** -----

2.10 – ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----

----- **2.10.1 - MAPA DE TRANSPORTES** -----

D.A.G.F./DOC.6

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 08 e 22 de Novembro de 2010, e que constam do mapa, que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

2.11 – ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES: -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----2.11.1 – PROPOSTA DE NORMAS DO CONCURSO “O NATAL SAIU À RUA – 2010”-----

D.A.G.F./DOC.7

-----A Câmara Municipal sob proposta da Vereadora Graça Silva, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Normas do Concurso intitulado “O Natal Saiu à Rua”, com as alterações propostas pelo Vereador Mário Alves, a desenvolver no período de Natal pelo Município de Oliveira do Hospital, envolvendo a comunidade escolar e a população em geral.-----

2.11.2 – INFORMAÇÃO DO VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO-----

-----2.11.2.1 – CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO CELEBRADO COM A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA NOGUEIRENSE-----

-----O Vereador Paulo Rocha referiu-se ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo celebrado entre o Município de Oliveira do Hospital e a Associação Desportiva Nogueirense, chamando à atenção para o facto de o referido documento prever a elaboração de um protocolo de utilização a celebrar entre a Câmara Municipal e a Associação Desportiva Nogueirense, visando a disponibilização das áreas desportivas e equipamentos complementares do Estádio de Santo António para utilização por parte de outras equipas de formação sedeadas no concelho de Oliveira do Hospital.-----

3 – OUTROS ASSUNTOS-----

-----Sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na actual redacção, incluir na Ordem do Dia o seguinte assunto:-----

-----3.1 – COLECTIVIDADES/ 2010 - SUBSÍDIO ANUAL-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal a atribuição do subsídio anual às Associações/Colectividades do concelho, conforme listagem a seguir transcrita, **no total de 139.000,00 € (Cento e trinta e nove mil euros)** destinado à comparticipação nas despesas de funcionamento e à prossecução de actividades.-----

Colectividade	Descrição	Verba
Agrupamento 880 - Corpo Nacional de Escutas		500,00 €
Ascurvalet		500,00 €
Associação "Os Amigos de Formarigo"		500,00 €
Associação Cultural e Rec. "Os Amigos das Concertinas Sons da Serra"		2.500,00 €
Associação Cultural e Recreativa e Desportiva de Vale Dona Clara		500,00 €
Associação de Cultura e Recreio da Sobreda		750,00 €
Associação de Cultura e Recreio de Merujais		500,00 €
Assoc. de Melhoramentos Cult. e Recreativa Casal de Abade e Anexas		1.000,00 €
Associação de Melhoramentos da Póvoa das Quartas		1.000,00 €
Associação de Melhoramentos de Vila Pouca da Beira		1.000,00 €



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Associação de Recreio e Cultural da Póvoa de São Cosme		750,00 €
Associação Desportiva de Gramaços		750,00 €
Associação Desportiva de Lagos da Beira	Grupo de Cantares (Assoc. Jovens - 250€)	2.000,00 €
Associação Desportiva e Cultural de Chamusca da Beira		500,00 €
Associação do Centro de Recreio e Cultura Nossa Senhora do Rosário	(Assoc. Jovens - 250€)	1.000,00 €
Associação do Grupo de Cantares Tradicionais Cotovias do Alvôco		1.000,00 €
Associação dos Amigos da Lajeosa		750,00 €
Associação dos Amigos de Meruge	Tuna+escola de música	5.000,00 €
Associação dos Jovens da Freguesia de Meruge		500,00 €
Associação Progressiva de Santo António do Alva	Rancho+tuna	7.500,00 €
Associação Recreativa e Cultural de Aldeia Formosa		1.000,00 €
Associação Recreativa e Cultural de Digueifel		750,00 €
Associação Recreativa, Cultural Catraíense		1.000,00 €
Associação Recreativa, Cultural e Social da Moita		500,00 €
Associação Recreativa, Cultural e Social de Goulinho		750,00 €
Casa do Povo de Nogueira do Cravo	Grupo de Cantares +escola de música	3.000,00 €
União Desportiva e Recreativa de Vendas de Gavinhos		500,00 €
Clube Caça e Pesca de Oliveira do Hospital	Orquestra+pesca+escola de música	8.000,00 €
Clube de Ténis de Oliveira do Hospital		1.000,00 €
Clube Desportivo e Recreativo Vasco da Gama		1.000,00 €
Clube Recreativo Feirense		750,00 €
Clube Seita Todo-o-Terreno de Oliveira do Hospital		1.500,00 €
Comissão de Melhoramentos da Carvalha		750,00 €
Comissão de Melhoramentos da Gramaça		750,00 €
Comissão de Melhoramentos de Negrelos		750,00 €
Comissão de Melhoramentos de Pinheirinho		750,00 €
Comissão de Melhoramentos de Vilela		750,00 €
Comissão Regional Sangianense		1.000,00 €
Coral de Sant'Ana		4.000,00 €
ERVEDUS - Associação Juvenil para a Promoção Cultural e Ambiental		750,00 €
Filarmónica Ervedalense		7.500,00 €
Filarmónica Fidelidade		7.500,00 €
Filarmónica Sangianense		7.500,00 €
Sociedade de Recreio Filarmónica Avoense		7.500,00 €
Grupo Aventura Duas Antas		1.500,00 €
Grupo de Bombos Pedra e Racha - NIPC : 155392190		1.750,00 €
Liga de Iniciativas e Melhoramentos da Freg. de Travanca de Lagos		500,00 €
Liga de Melhoramentos de Nogueira do Cravo		1.000,00 €
Liga de Melhoramentos Desporto e Cultura de Aldeia de Nogueira		750,00 €
Liga dos Amigos do Parceiro, Covão, Barroca e Alentejo		750,00 €
Liga dos Amigos do Parente		500,00 €
Liga Recreativa dos Amigos das Caldas de São Paulo		1.750,00 €
OHs XXI - Associação Cultural e Multimédia de Oliveira do Hospital		3.000,00 €
Rancho Folclórico "Camponesas do Alva"		3.000,00 €
Rancho Folclórico "Estrelas da Manhã"		3.000,00 €



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Rancho Folclórico Cultural de Lagares da Beira		3.000,00 €
Associação Cultural e Recreativa de Lagares da Beira	Rancho+escola de música	4.000,00 €
Associação Cultural da Freguesia de Seixo da Beira	Rancho	3.000,00 €
Soc. de Defesa e Propaganda de Avô - Choral Poliphónico de Avô		1.250,00 €
Soc. de Recreio e Cultura dos Povos de Galizes e Vendas de Galizes		1.000,00 €
Sociedade Recreativa de Santa Ovaia		1.000,00 €
Sociedade Recreativa Ervedalense	Teatro	4.000,00 €
Sociedade Recreativa Lealdade Sampaense	Rancho	3.000,00 €
Sociedade Recreativa Penalvense	Tuna+escola de música	5.000,00 €
Sociedade Recreio Progresso Seixense		750,00 €
Tuna de Cantares Avô - NIPC : 509237916		1.750,00 €
União Desportiva e Tuna Vila Franquense		3.500,00 €
União Fialense Sociedade de Instrução e Recreio		1.000,00 €
União Progressiva de Chão Sobral		1.000,00 €
União Progressiva de Rio de Mel		500,00 €
TOTAL		139.000,00 €

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

-----Por fazer parte dos órgãos sociais da OH'S XXI - Associação Cultural e Multimédia de Oliveira do Hospital, o Vereador José Francisco Rolo ausentou-se da sala de reuniões na altura da apresentação, discussão e votação da atribuição de subsídio à referida entidade.-----

-----3.2 - ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIO ECONÓMICO DE EMERGÊNCIA – SRA. DARCILIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA-----

D.A.G.F./Proc.53

-----O Presidente da Câmara de acordo com o teor da Informação Social nº 88/GASS, datada de 15 de Novembro do ano em curso, propôs à Câmara Municipal que atribua à Sra. Darcilia da Conceição Ferreira, residente no lugar e freguesia de Ervedal da Beira, um auxílio económico de emergência no valor de **1.000,00 € (Mil euros)** -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

-----3.3 – ANCOSE – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CRIADORES DE OVINOS SERRA DA ESTRELA - 1ª FEIRA DE GADO DO CONCELHO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara o ofício nº 605/2010, datado de 19 de Novembro, remetido pela entidade supra identificada, a solicitar a colaboração deste município na realização da 1ª Feira de Gado no dia 13 de Dezembro de 2010, para o seguinte:-----

-----“Um colaborador com perfil de Fiscal Municipal; -----

-----A divulgação do evento (comunicação social); -----

-----A emissão de 100 cartazes a anunciar a feira e,-----

-----Um apoio monetário, para minimizar os custos que irão ocorrer com esta iniciativa.”-----

-----Sobre o assunto interveio o Vereador Mário Alves que referiu entender que a Câmara Municipal não deve realizar uma Feira do Gado pontual, mas sim celebrar um protocolo com a ANCOSE, visando a cedência do espaço para o efeito, e torná-la numa feira periódica, sublinhando que “é isto que o Sr. Presidente da Câmara deve defender”. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Analisado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ceder o apoio logístico solicitado.-----

-----3.4 – APLICAÇÕES A PRAZO – EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO DE 5.000.000,00 € (CINCO MILHÕES DE EUROS)-----

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento aos senhores vereadores do seguinte: -----

-----“Considerando que: -----

----- O Município de Oliveira do Hospital contraiu oportunamente um empréstimo a médio e longo prazo de 5.000.000,00 € (Cinco milhões de euros);-----

----- Em 9 de Outubro de 2010 terminou o prazo de utilização do montante de 2.000.000,00 € (Dois milhões de euros) ainda por utilizar tendo a Câmara solicitado a respectiva libertação; -----

----- Atentos as disponibilidades financeiras do Município de Oliveira do Hospital e o calendário de realização das empreitadas objecto daquele financiamento e como forma de rentabilizar aquele montante durante o período em que ele estivesse imobilizado (situação inovadora na gestão financeira recente do Município) o Presidente da Câmara determinou a solicitação a todos os bancos com Balcão em Oliveira do Hospital da indicação da taxa de juro para aplicação a prazo do valor de 2.000.000,00 € (Dois milhões de euros) a seis e a doze meses; -

----- A proposta mais favorável foi apresentada pelo Millenium BCP (4% taxa bruta); -----

----- A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Oliveira do Hospital propôs uma taxa bruta de 3,5%; -

----- Ponderada a eventual necessidade de mobilizar total ou parcialmente o montante a aplicar antes de decorrido o prazo da aplicação procurou negociar-se a aplicação sem qualquer penalização em caso de mobilização antecipada, situação recusada pelo Millenium BCP mas aceite pelo Crédito Agrícola. -----

----- Assim e por meu Despacho, datado de 27 de Outubro de 2010, foi determinada a aplicação do montante de 2.000.000,00 € (Dois milhões de euros) na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Oliveira do Hospital da seguinte forma;-----

-----1 – Um Depósito de 500.000,00 € (Quinhentosmil euros) a três meses;-----

-----2 – Um depósito de 500.000,00 € (Quinhentosmil euros) a seis meses; -----

-----3 – Um depósito de 1000.000,00 € (Um milhão de euros) a um ano.” -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----Ainda sobre este assunto, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal que as duas maiores propostas foram apresentadas, quer pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Oliveira do Hospital, quer pelo Millenium BCP, referindo que, após ter sido comunicado ao Millenium BCP qual a proposta que foi considerada e acolhida pelo Município aquela agência enviou a seguinte comunicação, que se transcreve na íntegra: -----

-----“Agradecemos a V/ pronta e esclarecida resposta à nossa carta de 2 do corrente. -----

-----Reafirmamos que a(s) nossa proposta não contemplava(m) a cláusula de isenção de penalizações em caso de movimentação antecipada, ao invés da globalização da aplicação pelo prazo máximo, que a justificaria. -----

-----No entanto, excluindo aquela condição e tomando como base a informação contida no V/ ofício, podemos informar que a diferença de juros (comparada com a nossa proposta) se cifra em 9.019,00 €, representando esta cerca de 18,5% acima da proposta vencedora. -----

-----Na expectativa que no futuro possamos servir ainda melhor o interesse comum, somos, com elevada estima e consideração...”-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Ainda sobre este assunto o Vereador Mário Alves teceu breves considerações relativamente à escolha da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Oliveira do Hospital por parte do Município de Oliveira do Hospital para a referida aplicação, sublinhando que, face á situação vivida por aquela entidade bancária, “o Sr. Presidente da Câmara arranhou uma forma de salvar a face da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Oliveira do Hospital”.-----

-----Ao que o Presidente da Câmara esclareceu que a escolha teve por base uma consulta efectuada a todas as entidades bancárias do concelho, que concluiu que a proposta apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Oliveira do Hospital era efectivamente a mais vantajosa para o Município de Oliveira do Hospital.-----

-----O Vereador Mário Alves disse ainda que os 2.000.000,00 € (Dois milhões de euros) tinham um fim específico, e que era o financiamento de obras tais como a estrada Aldeia das Dez/Vale de Maceira, a Biblioteca Municipal, a estrada Oliveira do Hospital/Aldeia de Nogueira/Nogueira do Cravo e a estrada do Moinho do Buraco, sendo que, no caso da última considera ser da “responsabilidade política do Sr. Presidente da Câmara o facto de estas obras terem sofrido atrasos e nalguns casos sido adiado o inicio dos trabalhos pelo que se elas tivesse tido o prosseguimento normal o dinheiro em vez de ter sido posto a render teria sido utilizado para pagar a quem as executou. Questionou assim o Presidente da Câmara relativamente aos débitos existentes no âmbito das empreitadas em execução, por considerar que só assim poderá aferir até que ponto é que é lógica e justa a aplicação do referido dinheiro. -----

-----O Presidente da Câmara lembrou no entanto que, independentemente das divergências actualmente existentes na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Oliveira do Hospital, é a única instituição bancária que é de Oliveira do Hospital e que paga impostos em Oliveira do Hospital. Disse ainda que, na sua opinião, o negócio que efectuou com aquela entidade bancária foi muito bem administrado e que verificando-se uma diferença de meio por cento entre a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Oliveira do Hospital, e o Millenium BCP, não poderia ter tomado outra decisão que não esta. -----

----- **Neste momento, a Vereadora Telma Martinho deu por finda a sua participação na presente reunião uma vez que tem que se ausentar por motivos profissionais.** -----

-----**3.5 – EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DA AVENIDA D. MANUEL I E AVENIDA NOVA EM ERVEDAL DA BEIRA – 1ª FASE”** -----

D.A.G.F./DOC.8

-----A Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara e nos termos do disposto no nº2 do artigo 52º do Decreto-Lei nº 72-A/2010, de 18 de Junho, conjugado com o disposto no artigo 155º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), deliberou, por todos os membros presentes e com base na informação técnica, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, abrir CONCURSO PÚBLICO URGENTE para a empreitada de “REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DA AVENIDA D. MANUEL I E AVENIDA NOVA EM ERVEDAL DA BEIRA – 1ª FASE”, e aprovar os respectivos, programa de concurso, caderno de encargos e projecto, cujo orçamento se releva a 470.000,00 € (Quatrocentos e setenta mil euros). -----

-----Ainda que nos termos do artº 155º e seguintes do CCP a constituição do júri não seja obrigatória no presente procedimento dado que se trata de uma empreitada em que se torna necessário a análise de um conjunto de documentação, a Câmara Municipal deliberou ainda, por todos os membros presentes, designar como júri do procedimento em epígrafe os senhores: -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- **Efectivos:** -----
----- **Presidente** – Dr. João Manuel Nunes Mendes, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças; -----
----- Engº Manuel de Melo Cruz, Técnico Superior; -----
----- Engº Fernando António Amaral Vicente, Técnico Superior. -----
----- **Suplentes:** -----
----- - Engº Fernando António Prata Durães, Chefe de Divisão dos Serviços Urbanos; -----
----- - Dra. Ana Raquel Leitão Monteiro Simão Oliveira, Técnica Superior. -----

----- **3.6 – AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO JUNTO AO MUSEU NA BOBADELA** -----
D.A.G.F.

----- A Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara deliberou, por todos os membros presentes, proceder à aquisição à Firma Neves & Martinho, Lda., com sede na Rua do Talegre, S/N, na freguesia de Santa Ovaia, neste concelho, do prédio urbano (casa com dois andares) com a área de 400 m2, sito no lugar e freguesia de Bobadela, inscrito na matriz sob o artigo urbano número 99, da freguesia de Bobadela, pelo preço de 45.000,00 € (Quarenta e cinco mil euros). -----

----- **3.7 – ADESÃO À INICIATIVA NACIONAL “VAMOS TODOS PLANTAR PORTUGAL”** -----

----- O Vereador José Francisco Rolo informou os senhores vereadores de que, no próximo sábado, dia 27 de Novembro, vai realizar-se em Oliveira do Hospital a iniciativa “Vamos Todos Plantar Portugal”, um projecto de carácter nacional destinado à plantação de 400 árvores num terreno situado no Vale da Madrana, em Oliveira do Hospital, convidando os senhores vereadores a participarem na referida actividade. -----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA** -----

----- De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, **por todos os membros presentes**, aprovar a presente acta em minuta. -----

----- A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

----- **CONCLUSÃO DA ACTA** -----

----- E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **treze horas e vinte minutos**, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretária redigi. -----



**REUNIÃO ORDINÁRIA DE
23 DE NOVEMBRO DE
2010**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 23 de Novembro de 2010 -----

Presidente

Vereadores



**REUNIÃO ORDINÁRIA DE
23 DE NOVEMBRO DE
2010**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**